



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS ARAPIRACA NÚCLEO
TEMÁTICO MULHER E CIDADANIA CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

MARCELA BRAZ DA SILVA

O RACISMO SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL

ARAPIRACA

2018

MARCELA BRAZ DA SILVA

O RACISMO SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Núcleo Temático Mulher e Cidadania da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador (a): Prof^ª Dr^ª. Elvira Simões Barretto

ARAPIRACA

2018

MARCELA BRAZ DA SILVA

O RACISMO SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Núcleo Temático Mulher e Cidadania da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.



Prof. Dra. Elvira Simões Barretto
Coordenadora Geral do Curso de Gênero e Diversidade na Escola
GDE/UFAL

Prof^a Dr^a Elvira Simões Barretto

O RACISMO SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL

RESUMO: Neste artigo tenho como objetivo traçar algumas reflexões sobre a forma como a Psicologia Social, vertente importante da Psicologia, vem produzindo conhecimento sobre o racismo. Para isso, faço a análise de sete artigos publicados na plataforma científica *Scielo Brasil*, sendo eles escolhidos por apresentarem um panorama histórico das pesquisas e estudos relacionados ao racismo sob a perspectiva da Psicologia Social e voltados especificamente para o contexto brasileiro. A história da psicologia é marcada pela indiferença em relação ao racismo, não se posicionando e se calando diante de muitas desigualdades, somente no início do século XXI as produções sobre Psicologia e Relações Raciais começam a ganhar corpo, mas ainda muito rarefeitas e pontuais. Somente com a redemocratização do país e a inserção dos psicólogos nas políticas públicas e a confirmação de seu compromisso social é que este cenário começaria a se modificar. Para isso, utilizaremos aqui, além dos autores dos artigos analisados, os autores principais da Psicologia Social, Silvia Lane (2002) e Martín-Baró (1996), e a autora da temática do racismo e educação, Eliane Cavalleiro (2003; 2001).

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Psicologia. Relações étnico-raciais.

ABSTRACT: In this article, I have some reflections on how Social Psychology, an important aspect of Psychology, has been producing knowledge about racism. In order to do this, I analyze seven articles published in the scientific platform Scielo Brazil, being chosen for presenting a historical panorama of the research and studies related to racism from the perspective of Social Psychology and focused specifically on the Brazilian context. The history of psychology is marked by indifference to racism, not positioning and quelling in the face of many inequalities, only at the beginning of the 21st century the productions on Psychology and Race Relations begin to gain a body, but still very rarefied and punctual. Only with the redemocratization of the country and the insertion of the psychologists in the public policies and the confirmation of their social commitment is that this scenario would begin to change. For this purpose, we will use the main authors of Social Psychology, Silvia Lane (2002) and Martín-Baró (1996), and the author of the theme of racism and education, Eliane Cavalleiro (2003, 2001).

KEY WORDS: Racism. Psychology. Ethnic-racial relations.

Introdução

Tratar de desigualdades sociais é sempre uma tarefa árdua que exige conhecimento, esforço e vontade de mudança, visto que essa tarefa remonta à

necessidade de tocar em pontos delicados da sociedade, especificamente os privilégios de poucos. Neste artigo trato especificamente da temática do racismo que é indiscutivelmente uma ferida que vem corroendo a sociedade brasileira desde seus primórdios, entendendo aqui que o racismo se configura enquanto um conjunto de comportamentos que coloca a cor de pele branca superior a cor de pele preta, gerando assim formas de relacionamento e vivências que causam sofrimento e exclusão das pessoas da cor de pele preterida. Esta definição tem como base o dicionário de Ciências sociais, que define racismo como: “[...] doutrina que afirma haver uma conexão entre características raciais e culturais, e que algumas raças são inerentemente superiores a outras.” (p.1022-1023). Atualmente esta definição de raça é bastante criticada nas ciências sociais, conforme cita o texto relações étnico-raciais trabalhado na pós-graduação em Educação e Diversidade na Escola pela Universidade Federal de Alagoas (2015, p.3):

Foi justamente essa atitude de hierarquização que forjou noção de raça e conseqüentemente a atitude do racismo, que ganhou, inclusive status científico, com as “Teorias Racialistas”, o “Racismo Científico”. A ideia de raça veio a ser confrontada (e em alguns casos, substituída) pela ideia de etnia.

Esta passagem nos mostra que o conceito de raça embasa o racismo, pelo mesmo considerar as diferenças como inatas e biológicas superiores a outras.

Considerando o racismo como um disparador de preconceitos, formas de discriminação e violência, este artigo terá como objetivo traçar algumas reflexões sobre a forma como a Psicologia Social, vertente importante na Psicologia, vem produzindo conhecimento sobre a temática do racismo. Para isso, faço a análise de sete artigos publicados na plataforma científica *Scielo Brasil*, sendo eles escolhidos por apresentarem um panorama histórico das pesquisas e estudos relacionados ao racismo feitos sob a perspectiva da Psicologia Social e voltados especificamente para o contexto brasileiro.

A psicologia social surge da necessidade da Psicologia de sair da compreensão individual do ser humano e passar a contextualizá-lo, a vislumbrar a integralidade dos sujeitos em grupos e comunidades, levando em consideração características de espaço, tempo e ambiente. Essa necessidade fez com que a Psicologia se aproximasse de outras

áreas do saber, como a sociologia, antropologia e ciências políticas. Por esse motivo, a Psicologia Social começou a indagar a si própria e a sociedade sobre as questões das desigualdades sociais.

Para entender as causas do agir humano, esta área do conhecimento passa a produzir estudos que tem como objetivo entender os comportamentos dos seres humanos em grupo, bem como, os fatores que promovem as desigualdades entre os sujeitos, incluindo aqui o sistema social vigente com seus juízos de valores, preconceitos e estereótipos. Pode-se aceitar que os primeiros esforços para compreender o comportamento humano dentro de massas sociais foram feitos por Gustav Le Bon (1954), abordando a insana necessidade de conformidade entre sujeitos para poderem fazer do grupo socialmente indicado como o melhor, que se destaca e é mais bem aceito por todos.

O Psicólogo e Mestre em Psicologia Social, Valter Mata, em entrevista aborda que a história da psicologia é marcada pela indiferença em relação ao racismo, não se posicionando e se calando diante de muitas desigualdades, segundo ele:

[...] somente no início do século XXI as produções sobre Psicologia e Relações Raciais começam a ganhar corpo, mas ainda muito rarefeitas se formos considerar a importância. Fora do país, tenho contato principalmente com as produções norte americanas, eles estão muito à frente nessas questões. Entretanto algumas publicações de cunho racialistas ainda são lançadas. Creio que o livro *The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life*, dos pesquisadores Richard J. Herrnstein e Charles Murray, publicado em 1996, é o mais emblemático. Nesse livro eles procuraram demonstrar através de testes de QI, diferenças nos níveis de inteligência entre negros e brancos. (MATA, s.d., p.1).

Diante disso tudo podemos perceber que a Psicologia Social, inicialmente, não apresentou interesse nenhum em desconstruir o preconceito incrustado nas relações sociais cotidianas, mas sim trazer respostas para problemas apontados pelas grandes empresas e instituições. Somente anos mais tarde surgem estudos tímidos voltados para o fenômeno do racismo e suas repercussões psicológicas principalmente nos Estados Unidos da América. No Brasil, a Psicologia Social começa a fazer discussões sobre o racismo somente depois dos anos 70, como o próprio autor acima relata.

Psicologia Social: do compromisso com a elite ao compromisso social

Nos anos 70, a Psicologia Social na América latina passou por uma grande crise devido ao fato de não contextualizar a realidade de seus países, além disso as práticas existentes se limitavam a três campos específicos: a universidade, onde poucos cientistas trabalhavam em relativo isolamento, buscando no exterior eco para suas preocupações acadêmicas; a indústria, onde o psicólogo dedicava-se à seleção de pessoal e ao ajustamento dos empregados às condições dadas; e, por último, o mercado de manipulações de opinião pública, onde seus conhecimentos e técnicas ficavam a serviço dos interesses econômicos e políticos dominantes (LANE, 2002).

Buscou-se assim uma nova Psicologia Social que se aproximasse afetivamente da população que mais necessita de seus trabalhos, visando a deselitização da profissão e abertura para discussões mais aprofundadas e coerentes com as necessidades reais da população. Dessa forma, a Psicologia Social vai aos poucos rompendo o compromisso com a elite e firmando outro com a população, principalmente aquela que mais sofre discriminação e preconceitos.

As discussões e as práticas que encontramos hoje na Psicologia Social se devem aos esforços de grupos que olharam para a realidade com criticidade, que sentiram na pele os sofrimentos de ser quem se é em um país racista, machista, homofóbico e odiador de desigualdades, mas que não assume esta postura. Além da recente entrada dos profissionais na área das políticas públicas sociais.

Neste contexto de discussão e redirecionamento da disciplina surge a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), com o objetivo de unir os psicólogos que compreendiam a necessidade de se posicionar contra formas de opressão e violência e investir na construção de conhecimentos e práticas que favorecessem a população e a diminuição das desigualdades sociais. O peso do que o/a psicóloga/o representa e do que fala é de extrema importância para compreender a necessidade de mudança, pois a Psicologia social sempre:

[...] oferecia uma solução alternativa para os conflitos sociais: tratava-se de mudar o indivíduo preservando a ordem social ou, no melhor dos casos, gerando a ilusão de que talvez, ao mudar o indivíduo, também mudaria a ordem social, como se a sociedade fosse uma somatória de indivíduos. (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 12).

A ordem social é naturalizada e os sujeitos são tratados como partes isoladas do todo, podendo ser entendidos e estudados de maneira separada da sociedade. Essa vertente da Psicologia, presente até antes da crise da Psicologia Social, só reforça a ordem social existente e, para Martín-Baró, é necessário um novo método de estudo dos fenômenos psicológicos, um método que considere a inter-relação entre social e individual e, principalmente, uma nova Psicologia que a determine, ou seja, aproximação com a área dos direitos humanos e garantias sociais.

Psicologia Social e racismo

Sabe-se que Brasil foi o último país a abolir a escravidão e que este fato trás muitas consequências negativas para a forma como os brasileiros convivem com essa realidade. Muitos negam suas consequências nas vidas dos negros, enquanto outros sequer param para problematizar tal acontecimento vergonhoso do país. O nome que se dá julgamento negativo de uma pessoa por causa da cor de sua pele é preconceito racial. Segundo o dicionário de ciências sociais (p.962), a definição de preconceito é a de que o mesmo trata-se de: “uma atitude negativa, desfavorável, para com o grupo ou seus componentes individuais. É caracterizado por crenças estereotipadas. A atitude resulta de processos internos do portador e não do teste dos atributos reais do grupo.”.

O preconceito racial tem a peculiaridade de centrar-se em uma característica fenotípica: a cor da pele, mais especificamente, da pele negra. Esse tipo de discriminação é tão antigo no Brasil que a primeira lei que tentou dar conta dessa questão data de 1951, antiga Lei Afonso Arinos (Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951). Atualmente temos a *Lei dos crimes de preconceito* (nº 7.716) que entrou em vigor na data de sua publicação, dia 5 de janeiro de 1989, a qual incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor (GELEDÉS, 2010).

É importante esclarecer as questões que envolvem as noções de cor e de raça. A raça, do ponto de vista antropológico, é uma categoria social, ou seja, mesmo que biologicamente não haja evidências da existência de grupos raciais humanos, os grupos

sociais dividem a humanidade e as sociedades a partir de traços fenotípicos (GUIMARÃES, 2003).

Nos artigos analisados há grande esforço de apresentação do contexto histórico brasileiro que deu sustentação para a vigência do racismo até os dias atuais, bem como, os reflexos de tais situações na forma como os negros são vistos na sociedade brasileira e na sua própria identidade. Também é feito esforço para compreender os diversos processos de desumanização que a população negra sofreu e ainda sofre no país, processos de exclusão social que ainda passa cotidianamente.

Outro ponto observado na análise qualitativa dos artigos estudados mostra que a população negra nasce com uma marca social, característica pessoal e simbólica que afeta negativamente sua autoestima e sua saúde mental. O sofrimento diário do racismo cordial, termo utilizado para descrever a polidez superficial que camufla atitudes e comportamentos discriminatórios, expressando-se ao nível das relações interpessoais através de atitudes informais, que se manifesta nas relações privadas e se camuflam em suposta tolerância pública. Pacheco (2011) ao caracterizar o racismo cordial no Brasil aponta, como ele deve ser combatido:

[...] torna-se difícil combatê-lo e a aproximação real das pessoas se torna inviável, já que essa aproximação necessita ser testada antes; e quanto mais o domínio público for visto como oportunidade de revelação interpessoal, compartilhada, a aproximação será desviada do uso de sua fraternidade para a transformação das condições sociais. Isto é, quanto mais as pessoas se comunicarem para lamentarem as desigualdades e o racismo premente no Brasil, mais articulada em prol de uma mudança estarão. (PACHECO, 2011, p. 08).

Embora nunca tenha se concretizado oficialmente um regime de segregação racial no Brasil, as desigualdades entre brancos e negros, no que tange ao acesso a educação, bens materiais, mercado de trabalho, saúde, infraestrutura urbana e habitação no país, são nitidamente perceptíveis e de graves consequências para a população negra. Sendo assim, as pessoas de cor de pele preta têm menos acesso às oportunidades e benefícios sociais que pessoas de cor de pele branca.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a sociedade brasileira tem aprofundado o debate e encaminhamento de propostas para a promoção dos direitos nela garantidos e para a superação da discriminação e desigualdades. Cresceram a

valorização da noção de cidadania com diversidade e as iniciativas de promoção da igualdade étnico-racial e de gênero, assim como os movimentos pela definição e promoção de direitos sociais de vários segmentos – portadores de deficiência, idosos, homossexuais, transgêneros. Tais movimentos têm estimulado a reflexão crítica sobre os determinantes das desigualdades no Brasil, e os estudos produzidos vêm indicando a relevância das diferenças de origem étnico-racial e de gênero na sua produção e persistência (HERINGER, 2002).

Muitos são os fatores que contribuem diariamente para a opressão, a discriminação e a humilhação social que são produzidas pelas desigualdades e têm sido objeto crescente de investigação da psicologia (GONÇALVES, 2004). O racismo presente nas relações étnico-raciais no Brasil é um fator determinante das desigualdades e produz humilhação social e sofrimento psíquico dos negros, além de justificativas naturalizantes das injustiças sociais, sendo importante evidenciar as contribuições da psicologia para o enfrentamento dessa problemática.

A Psicologia Social, por ter acesso a diversas áreas de atuação e desenvolvimento humano vem trazendo cada vez mais as discussões sobre raça e diversidade em suas produções acadêmicas e em suas práticas de trabalho, problematizando contextos e exigindo o reforçamento social da identidade negra, bem como a valorização da cultura africana para seus descendentes brasileiros. Muitos negros brasileiros sofrem o embranquecimento forçado, pois não conseguem reconhecer sua beleza e seu valor na mídia e nos demais seguimentos que dão embasamento à opinião popular.

Um dos primeiros esforços da Psicologia Social para compreender e intervir sobre o problema do racismo foi instituir a comissão dos Direitos Humanos dentro do Conselho Federal de Psicologia, que tem como objetivo colocar os direitos humanos e a dignidade humana como ponto de partida para a construção de uma sociedade livre de preconceitos, sobretudo a racial. Essa comissão tem como objetivo prover conhecimentos, supervisionar e fiscalizar práticas de psicólogos, orientando-os quanto ao bom uso do conhecimento e o respeito aos direitos humanos.

No caso do racismo especificamente este só se tornará prioridade de combate se as pessoas o encaram como uma afronta pessoal, só que isso só é possível se as vítimas desse ato se identificarem como foco deste, considerando o racismo uma forma

preconcebida e injusta de tratar a diferença historicamente e perversamente construída sobre os negros. Enxergar-se negro e lutar pelo fim da violência e das desigualdades contra essa população é o ponto de partida para se construir uma sociedade mais justa e humanitária.

O Racismo e a educação

Diante desse panorama entre a Psicologia e seus esforços no sentido de compreender e intervir na temática do racismo, cabe aqui também ressaltar e dialogar com outra relevante ciência nesse processo, que é a educação. O ambiente escolar além de ser um espaço formador de opiniões também é o espaço onde a diversidade e, junto a ela, movimentos de desigualdades e processos discriminatórios frutos dessa sociedade desigual se alocam promovendo uma série de repercussões nesses sujeitos que estão em formação. Segundo a análise de Cavalleiro (2003, s.p.) acerca do período de escolarização primária:

A relação diária com crianças de quatro a seis anos permitiu-me identificar que, nesta faixa de idade, crianças negras já apresentam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertencem. Em contrapartida, crianças brancas revelam um sentimento de superioridade, assumindo em diversas situações atitudes preconceituosas e discriminatórias, xingando e ofendendo as crianças negras, atribuindo caráter negativo à cor de pele.

Dessa forma, pode-se perceber que as crianças, que se encontram em fase de desenvolvimento, acabam protagonizando cenas de desigualdade que desde cedo repercutem no emocional da criança negra. A escola é palco dessas cenas que promovem sofrimento, gerando neste ambiente a necessidade de se estar atento a essas manifestações.

No que se refere a origem desde cedo desses processos de exclusão e sofrimento referente a diferenças étnicas, Gomes (1990) nos convida a analisar os três ângulos, que seriam eles:

O mundo social imediato, a ser interiorizado pela criança; a família que, além de ser mediadora, tem especificidades que a distiguem de

qualquer outra; a criança que, sujeito da aprendizagem social, interiorizará o mundo mediado a partir de suas próprias indiossincrasias e de maneira singular e solitária. (GOMES, 1990, p.59 apud CAVALLEIRO, 2003, s.p.).

Sendo assim, podemos perceber que essa aprendizagem apesar de ser particular e subjetiva envolve muito do mundo imediato e dos processos de socialização interiorizados pela criança.

Esse mundo imediato a que me refiro, está refletido no cotidiano das nossas vivências, onde determinados grupos étnicos encontram-se, em sua maioria, junto as desigualdades econômicas, de oportunidades de trabalho e de estudo em virtude dos processos discriminatórios a que essa conjuntura social, política e econômica do país está associada.

Em virtude disto é que se torna necessário a promoção de ações afirmativas para que essa realidade opressora com relação a etnia se transforme em oportunidades de mudança. Segundo Cidinha da Silva (2003, p.21):

Para que um programa de ações afirmativas seja efetivo, a oferta de oportunidades é um dos primeiros passos. É fundamental garantir, aos protagonistas em questão, as condições materiais e simbólicas para que as dificuldades ou desníveis sejam superados e as escolhas possam ser feitas de maneira lúcida e consequente, a médio e longo prazos. É preciso prover as condições para a construção da igualdade. Para alcançar este fim, no que tange à Universidade, é preciso criar condições para que as pessoas negras possam ter acesso a boas escolas e exercer profissões de prestígio, até agora destinadas a certos grupos sociais.

Sendo assim, é necessário as intervenções políticas nesse campo em busca da correção dessas desigualdades raciais em nosso país e o acesso é um primeiro passo.

O processo de escolarização não tem somente uma função contra esse processo de discriminação racial em favor da promoção da igualdade, tem-se uma dívida em razão de todo o tempo em que se buscou ocultar a história do povo negro e favorecer, em contrapartida a isso, a sua invisibilidade.

A escola não pode servir como um instrumento de colonização ou ora como um instrumento ideológico do estado, seu papel está em romper esse silêncio

promovendo a história e permitindo um futuro onde os negros e índios possam escrever novos capítulos enquanto protagonistas (SANTOS, 2001).

Aliado a isso, há a importância da escola neste processo de se disseminar e auxiliar na promoção do respeito, valorização e igualdade focando na relação desta diversidade de negros/as, brancos/as, índios/as e demais grupos, em que se configura este país.

Considerações finais

Ter consciência e conscientizar sobre atos desumanos realizados por pessoas e grupos nem sempre figurou nos interesses da Psicologia Social. Tais constatações se dão pelo fato de que a profissão e seus profissionais tiveram um início ligado aos interesses e demandas da elite. A ciência psicológica não tinha interesse na maturidade para pensar as problemáticas criadas pelo sistema e pelas formas de organização social do homem.

Nas páginas antecedentes foi possível perceber que quando se fala sobre racismo é preciso que se compreenda todo o contexto histórico e social que permite a construção de tal conceito. É preciso deixar claro que a esperada cidadania após a abolição não aconteceu e, até hoje, é uma luta constante em uma sociedade em que a desigualdade racial é arraigada e as tentativas de apagar a memória da barbárie contra os escravos são permanentes, quer pela eliminação de documentos, quer pela disseminação do mito da democracia racial.

Fala-se da escravidão como uma marca ruim na história do país, porém esta marca é tratada com indiferença e culpabilização dos sujeitos, que sempre foram omitidos pelo estado. Com o passar dos anos e a democratização do país mudaram as aparências, mas a essência das relações sociais não mudou. A atitude do Estado para a situação do negro “liberto” sempre foi omissa: a miséria material, a discriminação e a humilhação vividas pelos afrodescendentes são reduzidas à culpa deles mesmos, por meio de uma manobra ideológica que transforma o que é da esfera das relações de poder em algo natural, inerente à raça.

Neste artigo apresentamos breves reflexões de como a Psicologia Social vem compreendendo e se portando sobre a temática do racismo, o que se pode dizer de uma

aproximação tímida inicialmente, mas que hoje vem fazendo frente no fortalecimento de movimentos sociais e coletivos de pessoas que tem como objetivo acabar com os preconceitos e construir uma sociedade mais reflexiva e humana.

REFERÊNCIAS

- CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 3d. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.
- GONÇALVES, J. M., Filho. Subjetividade, humilhação social e sofrimento. In M. V. O. Silva (Org.). **Psicologia e direitos humanos – subjetividade e exclusão** (pp. 123-135). São Paulo: Conselho Federal de Psicologia, Casa do Psicólogo, 2004.
- GUIMARÃES, A. S. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, 29(1), 93-107, ago/dez. 2003.
- HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, 18(supl.), 57-65, 2002.
- LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 2002.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Rev. Estudos de Psicologia**, Natal, v. 1, n. 2, p. 7-27, 1996.
- MATA, V. Entrevista a Valter da Mata. Disponível em: <http://www.crprs.org.br/download/Entrevista_Valter_da_Mata.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.
- PACHECO, L. C. Racismo cordial: Manifestação da discriminação racial à brasileira – o domínio público e o privado. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 2 - n. 1, p. 137-144, jan./jun. 2011.

SANTOS, I. A. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial:alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001, p.97-114.

SILVA, Cidinha da (Org.). **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras.** São Paulo: Summus, 2003.